

[VOLTAR](#)

**PROJETO
DE LEI
N.º
377/2022**

**"ALTERA O
ARTIGO 1º
DA LEI
16.712, DE
21 DE
DEZEMBRO
DE 2018,
DETERMINA
QUE BARES,
RESTAURANTES,
HOTÉIS E
SIMILARES
DISPONIBILIZEM
CARDÁPIOS E
OUTROS
MEIOS
INFORMATIVOS
NA
LINGUAGEM
BRAILLE
PARA SEUS
USUÁRIOS
COM**

***DEFICIÊNCIA
VISUAL.”***

**A ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO
CEARÁ D E C R E T A:**

Art. 1º - O artigo 1º da Lei 16.712, de 21 de dezembro de 2018, passa a vigor com a seguinte alteração:

Art. 1º Ficam os bares, restaurantes, hotéis e similares, que possuam cardápios, menus, tabelas de preços e outros meios informativos, obrigados a dispor de exemplares em linguagem braille, ou audiodescrição ou disponibilizar um de seus funcionários para atendimento individualizado do portador de deficiência visual, com o intuito de atender às necessidades dos deficientes visuais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

JÚLIO CÉSAR FILHO
DEPUTADO

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei apresentado tem o objetivo de alterar a Lei estadual 16.712/2018, visando unicamente o seu aperfeiçoamento, na medida em que insere em seu texto formas mais democráticas e modernas de acesso a informação e inclusão social de pessoas portadoras de deficiência visual.

Importante registrar, que apesar de sua relevante importância, poucos dominam a leitura em Braille no Brasil, estimando-se que apenas 5% da população conheçam o código. Destaque-se ainda que, de acordo com dados fornecidos pela ABRASEL em nosso Estado, existem estabelecimentos que possuem o cardápio em Braille há cinco anos e que nunca precisaram utilizá-lo.

Ademais, existe carência de gráficas especializadas no Ceará para produção de material em Braille, o que dificulta e eleva o custo por folha, sendo inviável para que pequenos empreendedores do setor cumpram a

norma em tela, junte-se isso ao atual momento instável de nossa economia onde os estabelecimentos precisam atualizar seus cardápios com frequência, alguns até semanalmente

Igualmente, novas tecnologias favorecem a inclusão, de modo que os aparelhos celulares possuem aplicativos para deficientes visuais promoverem a autodescrição por áudio de cardápios digitais, sendo uma ferramenta mais democrática, eficaz e ecológica do que o cardápio físico.

Com as vênias de estilo, é de se dizer que a lei, como se encontra, inobstante a nobilíssima iniciativa, acaba por ser desproporcional e oneraria por demais os pequenos empreendedores.

Os meios, neste caso, tornam-se desproporcionais para se atingir um fim, em que pese a importância da finalidade almejada pelo projeto em foco, o custo para concretizá-la seria altíssimo, notadamente para pequeno comerciante de nossas periferias alencarinas e interior do Estado. A norma, portanto, desatende ao princípio da proporcionalidade, posto que inviabilizaria a atividade econômica em alguns estabelecimentos.

Acerca deste princípio, enquanto princípio jurídico fundamental inserto no artigo 5º, LVI,

da Constituição Federal/88, entende-se que é “razoável (proporcional) o que seja conforme a razão, supondo equilíbrio, adequação, moderação, harmonia; (...) o que corresponde ao senso comum, aos valores vigentes em dado momento ou lugar.” Ou seja, haverá violação ao princípio da proporcionalidade sempre que os meios destinados a realizar um fim não sejam por si mesmos apropriados e ou quando a desproporção entre meios e fins seja particularmente evidente.

Dessa maneira, louvando a salutar providência do nobre deputado proponente, bem como a justiça e sensibilidade da proposição, inferimos que ela possa ser pontualmente ajustada, diante de sua inquestionável contribuição social, para que assim possa ser efetivamente cumprida por todos.

Desta forma, conto com o apoio dos ilustres pares dessa Casa Legislativa para a aprovação deste Projeto de Lei.

JÚLIO CÉSAR FILHO
DEPUTADO

